

O CONCEITO GEOPOLÍTICO DE PAN-AMAZÔNIA

Leonardo Freitas de Souza Lima¹

Resumo: Este trabalho visa analisar a utilização e abrangência conceitual do termo Pan-Amazônia na produção textual brasileira. Tal abordagem convida à reflexão acerca da variação de interpretações decorrentes das diferentes visões existentes sobre a região dita amazônica. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica da literatura especializada disponível. Partimos da contextualização do amplo e complexo cenário geográfico, cultural e político da região para avaliar os conceitos geopolíticos de pan-região e pan-ideia, provenientes da Escola Geopolítica Alemã da primeira metade do século XX. A pesquisa evidencia a prevalência da aplicação do termo Pan-Amazônia como um conceito geopolítico com a característica de agrupar a compreensão de outros conceitos parciais criados com base em critérios específicos, com forte influência dos aspectos culturais e políticos vigentes atualmente. Essa capacidade de abarcar outros conceitos menores e percepções coletivas sobre esta parte do mundo, nos permite ampliar a compreensão geral daquela realidade e caracterizar o conceito geopolítico de Pan-Amazônia como uma pan-ideia.

Palavras-chave: Amazônia, Geopolítica, Pan-Amazônia.

EL CONCEPTO GEOPOLÍTICO DE LA PAN-AMAZONÍA

Resumen: Este trabajo analiza el uso y alcance conceptual del término Pan-Amazonas en la producción textual brasileña. Este enfoque es necesario y tiene como objetivo generar conocimiento sobre la variación de interpretaciones resultantes de las diferentes visiones existentes sobre la llamada región amazónica. Este propósito se logró a partir de la revisión de la literatura disponible sobre la región amazónica. A partir de la contextualización del amplio y complejo escenario geográfico, cultural y político de la región, se evaluaron los conceptos geopolíticos de pan-región y pan-idea, provenientes de la escuela geopolítica alemana de la primera mitad del siglo XX. La investigación mostró la prevalencia de la aplicación del término Pan-Amazonia como concepto geopolítico con la característica de agrupar la comprensión combinada de otros conceptos parciales creados en base a criterios específicos, con fuerte influencia de los aspectos culturales y políticos actualmente vigentes. Esta capacidad de comprender otros conceptos más pequeños y percepciones colectivas sobre una parte del mundo que permite mejorar la comprensión general de esa realidad caracteriza el concepto geopolítico de Pan-Amazonia como una pan-idea.

Palabras clave: Amazonía, Geopolítica, Pan-Amazonas.

THE GEOPOLITICAL CONCEPT OF PAN-AMAZON

Abstract: This paper aims at analyzing the use and conceptual scope of the term Pan-Amazon in Brazilian texts. This approach invites us to generate knowledge about the variation of interpretations resulting from different existing views on the so-called Amazon region. This purpose was achieved from the literature review of the available literature on the Amazon Region. Starting from the contextualization of the broad and complex geographical, cultural and political scenario of the region, the geopolitical concepts of pan-region and pan-idea were evaluated, coming from the German geopolitical school of the first half of the twentieth century. The research showed the prevalence of the application of the term Pan-Amazonia as a geopolitical concept with the characteristic of grouping the combined understanding of other partial concepts created based on specific criteria, with strong influence of the cultural and political aspects currently in force. This ability to understand other smaller concepts and collective perceptions about this part of the world allows us to improve the general understanding of that reality and characterizes the geopolitical concept of Pan-Amazonia as a pan-idea.

Keywords: Amazon, geopolitics, Pan-Amazon.

¹ Mestre em Segurança e Defesa Nacionais (ESDEGUE) - Bogotá, Colômbia. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). leogeopolbra@gmail.com

Introdução

O termo Amazônia faz parte das muitas concepções de regiões geográficas que permeiam a literatura mundial. A vastidão de sua extensão engloba diversos cenários naturais, populações e culturas em diferentes países.

Sob muitos aspectos, as ordens de grandeza vinculadas à realidade amazônica são superlativas e impõem uma avaliação diferenciada. Samuel Murgel Branco tenta resumir tal percepção:

A Bacia Amazônica, com seus quatro milhões de quilômetros quadrados, possui características extraordinárias, em termos geográficos. Um hidrólogo diria: 'é o maior complexo fluvial do mundo'. Um geólogo, considerando-a segundo seu próprio ponto de vista, a definiria como: 'a maior bacia sedimentar do planeta'. Segundo um biólogo, seria: 'o maior ecossistema florestal de toda a biosfera'. (BRANCO, 1989, p.10),

Tal vastidão e diversidade regional também trazem diferentes nomes para tentar explicar essa realidade complexa: Amazônia, amazônias, bacia amazônica, hiléia amazônica, Amazônia Legal, pan-amazônia, Amazônia internacional, são algumas das possíveis designações encontradas na literatura especializada e no noticiário em geral. Cada uma delas traz apenas uma visão parcial de um todo complexo, ainda que sejam contribuições importantes para o entendimento da realidade.

Evaristo Eduardo de Miranda apresenta um pouco dessa dificuldade de estabelecer uma definição que consiga abraçar toda a realidade daquela região:

Em 2006, uma equipe de pesquisadores do *Joint Research Centre* da União Europeia, com vários especialistas em cartografia, monitoramento por satélite e levantamentos ambientais, concluiu um estudo para definir o que seria a região amazônica, para esclarecer o que deveria ser considerado na difícil delimitação cartográfica da Amazônica. Seus limites seriam o da bacia amazônica? Isso incluiria na Amazônia as geleiras, as neves e o altiplano dos Andes e excluiria grande parte dos rios do Amapá, Maranhão e Pará que correm direto para o mar. Seus limites seriam o da floresta tropical úmida? Isso incluiria áreas de países fora da bacia amazônica como as Guianas e excluiria milhões de quilômetros quadrados de cerrados, campos e lavrados da bacia amazônica. Como delimitar o que é a Amazônia? (MIRANDA, 2007, p.252)

A grandiosidade da região, considerando quaisquer dos seus elementos constitutivos, gerou impressões marcantes em viajantes e estudiosos que passaram pelos seus domínios. Isso é perceptível em seus relatos, levando a alguns extremismos ou visões superlativas sobre a realidade dita amazônica. Um exemplo clássico dessa percepção impressionista é a obra "*Amazônia – Um paraíso perdido*", de Euclides da Cunha, renomado autor brasileiro que esteve na região nos primeiros anos do século XX participando da demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Peru. No livro aparecem

alguns dos trechos mais citados pelos escritores brasileiros que se debruçam sobre a temática amazônica, como por exemplo:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem [...]. (CUNHA, 2003, p.34).

Euclides da Cunha também nos traz uma síntese da produção científica realizada sobre a Amazônia até aquele momento histórico. Ele escreve: “A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso.” (CUNHA, 2003, p.37).

Cosme Ferreira Filho (2007, p. 32), corrobora a visão de Euclides da Cunha ao afirmar que “não existe, a rigor, uma literatura de interpretação da Amazônia, com bases conceituais totalmente despidas de excessos ufanistas ou negativistas”. Sobre tais extremismos o autor pontua os efeitos da falta de compreensão acerca do conjunto da realidade daquela região ao afirmar que:

“Paraíso verde ou inferno verde são extremos polares que enquadram a Amazônia no julgamento superficial dos que desconhecem as peculiaridades de sua fisiografia e a realidade de seus fatos sociais e econômicos”. (FILHO, 2007, p. 32-33).

Apesar da grandiosidade e diversidade de aspectos internos da região entendida como amazônica, três elementos são comuns aos relatos e visões apresentadas para definir aquela realidade: a vegetação tropical, a hidrografia marcante e a população com predominância do elemento indígena. Nas palavras do professor Samuel Benchimol (2001, p.109):

Esse universo amazônico, apesar de sua diversidade, mantém, contudo, dois elementos fundamentais comuns: a presença da floresta tropical chuvosa e a grandeza de seus rios, lagos e paranás. Essa realidade se completa, também, com o elemento humano que inclui, além das diferentes tribos e povos indígenas, descendentes de migrantes portugueses, espanhóis, africanos, nordestinos, judeus, sírio-libaneses, ingleses, franceses, americanos, japoneses e, agora, acrescidos com a chegada dos gaúchos, nome genérico para todos os brasileiros do centro-sul, que descem o planalto central para ocupar a fronteira e o interior meridional da Amazônia.

Gelio Fregapani corrobora a visão de Samuel Benchimol quanto aos elementos que sintetizam a percepção mais comum do que seja a Amazônia:

O que geralmente se denomina de Amazônia é a área drenada pelo rio Amazonas e seus afluentes e o que a caracteriza é a cobertura de floresta tropical que, ao norte se esparrama para além de alguns dos divisores de água. Estima-se que esta selva abranja uma área de 6,5 milhões de quilômetros quadrados repartidos por oito países sendo a maior porção a do Brasil, onde cobre quase a metade do nosso território. (FREGAPANI, 2000, p.16)

Márcio Souza, escritor amazonense e profundo conhecedor da realidade regional, nos alerta para a variedade de conceitos e significados para a realidade amazônica, abrindo importante percepção quanto a necessidade de estudo dos mesmos, tendo em vista os inúmeros interesses envolvidos:

Tudo que se escreve sobre a Amazônia tem certo sabor de relativismo. A delimitação de suas fronteiras, a formação de seu espaço geográfico e a emergência das sociedades humanas são conceitos tão carregados de significados distintos que cada hipótese vem embebida com doses de relativismo. (SOUZA, 2019, p.21),

As tentativas identificadas de conceituação do que seja Amazônia esbarram invariavelmente no dilema entre a diversificação e a generalização, ou seja, entre a análise e a síntese de uma realidade complexa.

Como forma de delimitar o estudo, foi utilizada a abordagem e os conceitos clássicos da Geopolítica, entendida como disciplina acadêmico-científica e também como saber prático em constante evolução.

Importante ressaltar que em termos geopolíticos, ainda hoje a Amazônia é vista como uma das últimas fronteiras de exploração no planeta, o que gera preocupações nos Estados Nacionais que a compõem.

Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil.

Esse contexto geopolítico, principalmente na década de 1980 e 1990, gerou sugestões mundiais pela soberania compartilhada e o poder de gerenciar a Amazônia, que abalou até o Direito Internacional. Hoje, contudo, são crescentes os interesses ligados à valorização do capital natural, que tende a se sobrepor à lógica cultural. (BECKER, 2005, p. 77).

Num contexto geopolítico caracterizado por múltiplos interesses a nível internacional, a correta compreensão dos termos designativos de região, sua abrangência e limites, pode representar a diferença entre o sucesso e o fracasso nas

negociações e acordos entre nações e instituições com interesses (dos mais diversos) na Amazônia.

1. Foco e método de trabalho

O presente texto tem seu foco voltado para a busca de uma maior compreensão sobre o real significado e usos do termo Pan-Amazônia. Seria tal conceito mais próximo da concepção de uma pan-região ou de uma pan-ideia? Outras designações encontradas, como hiléia amazônica, Amazônia Internacional, amazônias, entre outras, também foram destacadas, como forma de relativizar e confrontar seus significados percebidos e empregos identificados na literatura disponível.

Em termos de metodologia e abordagem do assunto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura impressa e disponível na internet em língua portuguesa. Os dados obtidos, na forma de citações representativas identificadas, foram enumerados e confrontados entre si de modo a estabelecer padrões de convergência ou divergência, permitindo-se assim perceber tendências parciais.

A própria grafia dos termos, ora tratados como nomes próprios, ora como nomes comuns, utilizando ou não o hífen, entre outros aspectos, foi respeitada, sendo tais trechos transcritos como apresentados no texto consultado.

Dessa forma foi possível confrontar usos por autoria individual e por instituições, além do já citado distanciamento ao longo do tempo.

Como forma inicial de avaliar o aspecto geopolítico do termo Pan-amazônia, foram utilizados como pontos de partida os conceitos de referência oriundos da Escola Clássica Alemã de Geopolítica da primeira metade do século XX.

2. As Pan-regiões e as Pan-ideias

Ao estudar o papel da América Latina nos modelos geopolíticos modernos, Cairo (2008) fez uma revisão de conceitos apresentados pelos geopolíticos da chamada escola alemã, das décadas de 1920 a 1940, em especial as proposições acerca das pan-regiões e das pan-ideias, enquanto noções integradoras de espaços e realidades culturais.

Ainda que possa parecer inovadora, a idéia de constituir grandes espaços integrados, para potencializar os benefícios das diversas partes, não é nova. Nos anos 1930, os geopolíticos nazi-alemães formalizaram esquemas de integração Norte-Sul, onde combinavam povos imperiais e povos colonizados. (CAIRO, 2008, p. 226).

Octávio Tosta nos apresenta a comparação e origem desses dois conceitos geopolíticos de forma resumida:

Os geopolíticos alemães dedicaram especial atenção ao conceito de pan-região – áreas supercontinentais que permitiriam a realização do ideal de autarquia.

Esse conceito é associado ao de pan-ideia que, segundo o próprio Haushofer, se refere à ideologia. Observa que as pan-ideias são supernacionais, isto é, são ideias que abarcam diversos Estados e que se manifestam no espaço como o pan-asiatismo, o pan-americanismo, o pan-africanismo, o pan-arabismo, etc. (TOSTA, 1984, p.67)

Curado (2016) explica um pouco melhor o que seria o ideal de autarquia citado por Tosta (1984), referindo-se a busca por autonomia e sobrevivência econômica dentro de uma mesma macro-região, que encerraria dentro de si todos os elementos físicos, climáticos e ambientais necessários ao sustento e prosperidade de uma população, não necessitando obrigatoriamente de intercâmbio com outras regiões.

As Pan-ideias são os sistemas de compreensão nos quais o mundo se organiza. As quatro principais Pan-idéias identificadas por Haushofer eram o pan-asiatismo, o pan-islamismo, pan-americanismo e o pan-europeísmo.

Se, por um lado, a Pan-ideia serve como condição para a formação de uma Pan-região organizada para funcionar de maneira autônoma, por outro lado, o conceito de “autarquia” é usado por Haushofer para definir idealmente como seriam organizadas essas regiões auto-suficientes. Para que isso ocorresse, segundo o autor, era necessário alcançar em cada uma dessas regiões uma união político-comercial. (CURADO, 2016, p. 7)

A Pan-América, por exemplo, teria dentro de seus limites, regiões fornecedoras de matéria-prima, centros de pesquisa, centros industriais, mercado consumidor, etc., com capacidade de articulação interna e apoio mútuo.

Mario G. Losano, em sua resenha sobre a vida e obra do general e geopolítico alemão Karl Haushofer, apresenta ainda alguns comentários sobre as pan-ideias identificadas ou imaginadas pelos teóricos da escola alemã:

As pan-idéias, em volta das quais seria organizado o mundo, eram o pan-asiatismo (propugnado e praticado pelo Japão, como será visto), o pan-islamismo (ao qual então foi dedicada escassa atenção, à diferença do que hoje ocorre), o pan-americanismo (identificado com a Doutrina Monroe) e, enfim, naturalmente, o pan-europeísmo. (LOSANO, 2008, p. 451).

Em que pese a correlação feita ao longo das décadas, entre a produção da escola geopolítica alemã da primeira metade do século XX e o ideário nazista (ou nacional-socialismo) vigente na Alemanha daqueles tempos, com todas as suas mazelas, pretende-se no presente trabalho apreender e confrontar os conceitos propostos em sua essência, sem considerar qualquer eventual influência dos mesmos nas ações políticas de então.

3. Realidade e imaginário amazônico

Brigitte Thiéron, ao prefaciar a obra de Márcio Souza, relativiza a extensa produção literária e científica existente sobre a região amazônica quanto a sua pertinência e aderência ao mundo real:

A Amazônia desde sempre atraiu os viajantes e exploradores como um lugar desconhecido e misterioso. Se é verdade que a ficção pode superar a realidade, podemos afirmar que a 'realidade' da Amazônia contém em si uma boa dose de ficção que a assemelha à trama dos melhores romances. (SOUZA, 2019, prefácio).

Magali Franco Bueno, em sua dissertação "*O Imaginário Brasileiro sobre a Amazônia*", explana sobre as diferenças existentes entre a visão exógena, exterior aos habitantes da região, e a visão endógena, inerente ao pensamento e discurso dos moradores locais, acerca do que seja ou se compreenda como Amazônia.

Constatou-se que, no Brasil, a percepção predominante de Amazônia é a da paisagem da floresta e que as visões endógena e exógena são dissonantes. A domesticação da natureza é um elemento presente nos discursos externos sobre a região, nos quais prevalecem dicotomias como paraíso/inferno e civilização/barbárie. A visão interna é heterogênea. Entre os moradores locais não existe uma concepção sobre Amazônia, pois não há o distanciamento necessário para a construção desse conceito. Prevalece, nesse caso, o reconhecimento e a identidade com os lugares, que são diretamente experienciados. (BUENO, 2002, p. v, Resumo).

A formação desses conceitos e percepções acerca da região amazônica continua como um processo dinâmico ainda na atualidade:

Os estereótipos associados à Amazônia são atualizados diariamente pela imprensa, e embora a origem da maioria deles tenha se perdido, remetem a concepções de Amazônia que vêm sendo construídas e reconstruídas a cinco séculos. (BUENO, 2002, p. 6).

Tal processo de construção e evolução dos conceitos atinentes à Amazônia foi brilhantemente explanado na obra "*A Invenção da Amazônia*", de autoria da professora e pesquisadora Neide Gondim, referenciada em vários estudos recentes sobre a região. As bases ou aspectos fundamentais das imagens e concepções generalizadas sobre o que foi denominado Amazônia ao longo dos séculos estariam presentes na cultura europeia muito antes da chegada dos primeiros europeus ao continente americano:

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. Na realidade a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. (GONDIM, 2019, p. 13).

Exploradores, viajantes cronistas, naturalistas, escritores ficcionistas, missionários religiosos, jornalistas, entre outros tantos personagens de origem europeia, ou mesmo de outras regiões das Américas, contribuíram de forma diversa ao longo do tempo com suas visões para compor o conceito geral que temos hoje da Amazônia. Na tentativa de descrever e interpretar as realidades encontradas no novo território, o pensamento eurocêntrico buscou modelos pré-existentes no imaginário e na mitologia vigentes naqueles tempos e aplicou no exótico Novo Mundo. O próprio nome dado ao Rio Amazonas é um exemplo clássico desse mecanismo de criar analogias para gerar familiaridade e compreensão (GONDIM, 2019).

E nesse processo secular e contínuo de imersão na realidade e na ficção acerca da região, o fator emocional foi amplamente observado nos discursos produzidos, oscilando entre os extremos vivenciados ou imaginados de paraíso e inferno:

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial. (GONDIM, 2019, p. 95).

Depreende-se então que a origem do conceito do que seja a Amazônia está vinculado a múltiplas visões e experiências elaboradas ao longo dos séculos de colonização, de forma exógena, ou seja, com o olhar de fora. Assim, diante da dificuldade de estabelecer critérios técnicos e geográficos de delimitação mais clara do que seja realmente a região amazônica, prevalece a concepção cultural estabelecida no senso comum em diferentes países e culturas. Portanto, a definição de Amazônia está no campo das ideias, da simbologia:

Porém, se houve uma assimilação do vocabulário referente a região e se existe uma imagem vinculada a ela no nível do senso comum, raramente têm-se clareza da dimensão territorial e da diversidade correspondentes. Assim pode-se dizer que existe uma apreensão simbólica da Amazônia. (BUENO, 2002, p. 10).

Sendo uma realidade complexa, é natural que surjam mais de um conceito para tentar sintetizá-la, conforme a abordagem adotada e/ou os interesses vinculados ao discurso utilizado.

Dos textos estudados, a maioria aponta que a vegetação exuberante tropical foi essencial na formação do imaginário sobre a região amazônica, presente em praticamente todos os relatos e ficções elaborados a longo dos anos. Dessa forma, compreende-se como natural que surjam conceitos abrangentes que tentem abarcar toda essa realidade de um espaço imenso tendo por denominador comum a floresta.

Na literatura encontramos o termo Hileia Amazônica como exemplo maior dessa conotação.

4. A Hiléia Amazônica

O termo hileia foi proposto pelo naturalista e pesquisador Alexander von Humbolt para o sistema encontrado em toda a extensão da planície amazônica, desde os contrafortes da Cordilheira dos Andes até o Oceano Atlântico. Tem o significado de bosque ou coleção de espécies vegetais. (BRANCO, 1989)

Gastão Cruls, em sua obra Hiléia Amazônica, apresenta a grandiosidade, a transnacionalidade e a força do cenário natural incorporados no termo hiléia:

Hiléia amazônica [...], não é apenas a Hiléia brasileira. Se bem que ao Brasil caiba a maior extensão desse imenso vale quase ininterruptamente revestido de espessa floresta, nele também se incluem boas faixas territoriais de várias repúblicas hispano-americanas e as três possessões européias situadas na Guiana. Justamente devido a esta mesma vastidão e também a fatores de ordem geográfica, torna-se quase certo que em nenhuma outra parte da América, como aí, o elemento indígena ainda pode ser surpreendido a formar o lastro cultural e bem assente daquela Indo-América de que, ainda a pouco, em artigo de imprensa, falava Gilberto Freyre, e no qual mergulha raízes, mais ou menos fundas, a grande comunidade americana. Para o silvícola, tal como para a planta ou para o pássaro, não há fronteiras políticas e, seja no Pará ou na Colômbia, no Peru ou na Guiana Inglesa, na Bolívia ou na Guiana Francesa, em qualquer ponto, desde que se esteja na Hiléia, é o ameríndio quem dita os estilos de vida. (CRULS, 2003, Prefácio).

O escritor Márcio Souza também utiliza o termo ao tentar delimitar de forma genérica a região amazônica:

A região não é apenas uma geografia, e sua história é muito mais que um viveiro de criaturas exóticas de futuro incerto. É a história de uma parte do planeta habitada por seres humanos, que, sendo geografia, também é um espaço em que a humanidade pode aprender um pouco mais sobre si mesma. E esse mundo tem suas fronteiras assim definidas: a oeste do oceano Atlântico, a leste dos Andes, ao sul do escudo guianense e ao norte do planalto central brasileiro, está a maior floresta tropical do mundo, conhecida pelo nome de Hileia Amazônica. Como um útero prolífico, essa região guarda mais biomassa que qualquer outro habitat da Terra. É de longe o mais rico meio ambiente terrestre, e ficou praticamente intocado desde os tempos pré-históricos. (SOUZA, 2019, p. 29).

Depreende-se facilmente a junção de aspectos biológicos (especialmente vinculados ao bioma amazônico) e aspectos culturais (especialmente vinculados ao elemento indígena formador da população regional) no uso do termo Hiléia Amazônica.

Contudo, em tão vasto território, ao longo dos últimos cinco séculos, as fronteiras regionais foram sendo formadas à medida que os Estados se consolidavam como unidades autônomas. Assim, surgem percepções e gestões específicas de cada

país para a porção que lhe coube na partilha da região, gerando mais de uma Amazônia, como será visto a seguir.

5. As Amazônias

Alguns autores utilizam o termo “Amazônias” no plural, como forma de designar as muitas parcelas da bacia amazônica (hidrográfica) ou do bioma amazônico (com referência na floresta equatorial) existentes nos países na porção norte da América do Sul.

Olic (1992) nos traz um exemplo dessa forma de expressar o conceito de uma região com características comuns e ao mesmo tempo fragmentada politicamente:

Tanto a Amazônia brasileira quanto as demais ‘amazônias’ latino-americanas são regiões de fraco povoamento e de pequena expressão econômica. Portanto o processo de ocupação humana e de valorização econômica da região acabou tendo duas estratégias: uma de caráter nacional, outra de caráter transnacional, envolvendo todos os países da região. A estratégia de caráter nacional tinha como objetivo principal a integração da ‘amazônia’ de cada país ao centro econômico mais dinâmico de cada um deles. Por sua vez, a estratégia de caráter transnacional tinha como objetivo primordial a integração das várias ‘amazônias’ latino-americanas entre si. (OLIC, 1992, p. 54)

Batista (2007) também registra essa diversidade utilizando o termo em sua forma plural: “Culturalmente, as Amazônias também diferem muito, começando pela língua. Cinco idiomas são falados (além do quíchua dos Andes): português, espanhol, inglês, holandês e francês”. O mesmo autor pontua o fracionamento do território inerente a concepção de Amazônias, dificultando o estabelecimento da visão de conjunto: “É em verdade a divisão política que mais separa as diferentes Amazônias, embora a comunidade de problemas justifique o ponto de vista de Armando Mendes, de procurarmos encarar a Amazônia no seu conjunto, ou seja, como um todo continental.” (BATISTA, 2007, p. 44).

Dessa forma, percebe-se que o termo Amazônias está vinculado ao aspecto cultural, e por consequência, aos aspectos políticos, de avaliação da realidade mediante o fracionamento do território em unidades politicamente construídas.

Em oposição ao fracionamento do território (ou da realidade percebida) em Amazônias, surge um conceito mais abrangente, que busca agrupar grandes regiões e realidades complexas sob o prefixo “pan”, designador da ideia de abrangência e amplitude.

6. A Pan-amazônia

Djalma Batista, em sua obra “O Complexo da Amazônia”, com primeira edição lançada em 1976, busca uma definição alicerçada em aspectos geográficos para definir o conjunto maior da região:

Mas o que é mesmo, então, essa Pan-Amazônia? Geograficamente é uma extensa planície, situada acima e abaixo da linha do Equador, situação de que decorrem condições especiais de geologia e climatologia. A Amazônia brasileira foi definida pelo geógrafo Eidorfe Moreira (1958), fixando conceitos hidrográfico, zoogeográfico, fitogeográfico, econômico e político, dos quais só o último não é aplicável à Grande Amazônia. Em princípio, por Amazônia se entenderiam, todas as terras compreendidas na bacia amazônica. (BATISTA, 2007, p. 43).

No trecho transcrito acima, Batista (2007) apresenta quatro termos diferentes para designar a região: Amazônia, Amazônia brasileira, Pan-Amazônia e Grande Amazônia. Os dois últimos com aparente mesmo significado, sendo usados ao longo da obra de forma alternada e com viés de ampliação da visão sobre a região e inclusão de territórios, usando a sobreposição de critérios geográficos de hidrografia, vegetação e cultura da população.

O geopolítico Carlos de Meira Mattos (1980, p.22) nos apresenta uma definição de pan-amazônia em obra publicada logo após a celebração do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília no dia 3 de julho de 1978, dentro de que se chamou de Pacto Amazônico:

As palavras amazônia e pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isso não acontece. Essa imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de seis países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é que quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou boliviano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional.

Visando a clareza das ideias, conceitos, formulações e perspectivas deste estudo, utilizaremos o vocábulo Pan-Amazônia toda vez que nos referirmos ao conjunto dessa região abrangente. (MEIRA MATTOS, 1980, p.22)

O mesmo autor apresenta uma importante ressalva no que tange à inclusão das Guianas em seu conceito:

Observa-se da parte de alguns geógrafos, como Haroldo de Azevedo por exemplo, a tendência de incluir as três Guianas entre os países amazônicos. Do ponto de vista hidrográfico, esse critério não se justifica, já que seus territórios estão fora da bacia, separados pela parede do sistema guianês. (MEIRA MATTOS, 1980, p.23).

Tal restrição faz sentido dentro do critério estabelecido para escolha dos países que participaram das tratativas e assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica, ou

seja, fazer parte da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, “compreendendo uma área equivalente a 2/5 do território sul-americano e abrangendo a quinta parte da disponibilidade de água doce do mundo.” (MEIRA MATTOS, 1980, p.120).

Sobre a pertinência ou não das Guianas nas definições de Amazônia, Djalma Batista apresenta suas ressalvas, mas conclui pela inclusão:

Já as Guianas apresentam uma grande contribuição de sangue negro, a que se juntam, na República da Guiana e no Suriname, os descendentes dos indianos, que são mais de 50% da população. (...)Étnica e culturalmente, portanto, as antigas colônias da Inglaterra, da Holanda e da França são as mais distantes do restante da Pan-Amazônia, embora nela figurem com 100% de seu território. (BATISTA, 2007, p.43)

O Professor Octávio Junqueira Mello Alvarenga, em palestra proferida por ocasião do Seminário Amazônia e Soberania Nacional, em 1997, reforça a correlação entre o conceito de Pan-amazônia e a constituição do Tratado de Cooperação Amazônico: “Talvez o mais importante documento internacional de cunho pan-amazônico seja o Tratado de Cooperação Amazônico, de 3 de julho de 1978, idealizado por brasileiros e endossado pelos representantes dos demais países que ocupam a área.” (ALVARENGA, 1997).

O professor Samuel Benchimol propôs a divisão da região amazônica em sete macro-regiões, que abarcariam toda a realidade continental do território em estudo. Entre estas estaria a Amazônia Guiano-Orinocense, delimitada por ele como:

[...]do arco da fronteira norte do sistema parimo-guiano, com uma vasta fronteira internacional de cerca de 11.000 Km com os vizinhos países da Pan-Amazônia, constituído pelos países que integram o Pacto Amazônico, que vai ter um importante papel na economia do Caribe e do Merconorte. (BENCHIMOL, 2001, p. 108).

Nesse trecho, Benchimol conecta o conceito de Pan-Amazônia ao Pacto Amazônico, dando uma conotação política ao termo. Em sua obra A Institucionalização da Pan-Amazônia, o professor Paulo Henrique Faria Nunes aprofunda em mais detalhes e de forma sistemática a correlação apontada por Benchimol:

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é resultado do amadurecimento das relações interestatais pan-amazônicas. Quando da celebração do TCA em 1978, não foi cogitada uma estrutura formal, isto é, uma associação dotada de personalidade jurídica própria e um quadro institucional permanente.

Não obstante, o anseio pela criação de uma entidade internacional voltada para a gestão dos recursos amazônicos é mais remota. Outras propostas para a região chegaram a ser formuladas antes do TCA. Algumas tinham caráter essencialmente público; outras surgiram dentro de institutos de pesquisas privados. (NUNES, 2018, p. 183).

Com outra abordagem e objetivos, a Igreja Católica Apostólica Romana realizou na sede do Vaticano, em Roma, em 2019, uma Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Amazônia. A primeira assembleia dessa natureza realizada em toda a história daquela instituição, com temática específica de uma região geográfica delimitada. No documento preparatório elaborado para a realização Sínodo, emitido em conjunto pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Rede Eclesial Panamazônica (REPAM), foi delimitado o território ou área geográfica abrangida pela temática proposta no evento:

A bacia amazônica representa para nosso planeta uma das maiores reservas de biodiversidade (30 a 50% da flora e fauna do mundo), de água doce (20% da água doce não congelada de todo o planeta), e possui mais de um terço das florestas primárias do planeta. Também a captação do carbono pela Amazônia é significativa, embora os oceanos sejam os maiores captadores de carbono. São mais de sete milhões e meio de quilômetros quadrados, com nove países que fazem parte deste grande bioma que é a Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, incluindo a Guiana Francesa como território ultramar).

A denominada “Ilha Guiana”, delimitada pelos rios Orinoco e Negro, pelo Amazonas e pelas costas Atlânticas da América do Sul, entre as desembocaduras do Orinoco e do Amazonas, faz também parte deste território. Outros espaços compõem igualmente o território porque se encontram, por causa de sua proximidade, sob a influência climática e geográfica da Amazônia. Entende-se por Pan-Amazônia todo o território que compõe a região além da bacia dos rios. (CNBB, 2018, p.8).

Acerca do Sínodo Especial, o cardeal Dom Cláudio Hummes escreve:

Esse sínodo anunciado haveria de ter características muito inovadoras. Primeiro, porque abarcaria somente uma parte geográfica dos vários países envolvidos, e não o todo. Além disso, pela primeira vez os indígenas seriam tema central e interlocutores fundamentais de um sínodo, bem como a ecologia. A Pan-Amazônia ou simplesmente Amazônia é uma região geográfica latino-americana que é compartilhada por 9 países. Desse território, em números arredondados, 67% pertence ao Brasil, 13% ao Peru, 11% à Bolívia, 6% à Colômbia, 2% ao Equador e 1,1% a Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. O território tem 7,8 milhões de km² de superfície e conta com 34 milhões de habitantes, dos quais 3 milhões são indígenas. (HUMMES, 2019, p. 10).

O mesmo cardeal relata o encontro ocorrido entre o Papa Francisco e algumas lideranças indígenas da região amazônica, ocorrido em janeiro de 2018, no Peru:

O Papa Francisco, em Puerto Maldonado, afirmou: ‘Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios como estão agora.

Falando diretamente aos indígenas e seus vários e diferentes povos, disse o Papa:

Obrigado pela vossa presença e por nos ajudardes a ver mais de perto, nos vossos rostos, o reflexo desta terra. Um rosto plural, duma variedade infinita e duma riqueza biológica, cultural e espiritual. Nós que não habitamos nestas terras, precisamos de vossa sabedoria e dos vossos conhecimentos para

podermos penetrar – sem destruir – o tesouro que encerra esta região. (HUMMES, 2019, p. 29).

Percebe-se nos documentos emitidos pela Igreja Católica citados acima uma ampliação do conceito de Pan-Amazônia e da sua abrangência em termos de espaço geográfico. O contexto cultural, com ênfase na presença do elemento humano indígena, se iguala em importância aos aspectos de vegetação e hidrografia, sendo o fio condutor que une as partes da região numa visão única de realidade comum, ou seja, uma idéia. São perceptíveis nesses mesmos textos traços do imaginário coletivo idealizado sobre a Amazônia, nos moldes descritos por Gondim (2019) e Bueno (2002).

Nelson de Figueiredo Ribeiro (2006, p.169) sintetizou de forma clara a impossibilidade de sobreposição simples dos critérios de hidrografia ou de vegetação para definir a região amazônica:

É preciso acentuar que o conceito do que seja a Pan-Amazônia não tem tido um dimensionamento fácil. A grande região do Trópico Úmido tem sido objeto de definições, mediante critérios diferentes, dando origem a três tipos de abordagens: a) a Amazônia Hidrográfica; b) a Amazônia Florestal; c) a Amazônia Geopolítica.

A existência de uma definição geopolítica para a Pan-Amazônia surgiu da dificuldade de se chegar a um acordo quanto às dimensões da Amazônia Florestal e da Amazônia Hidrográfica.

O mesmo autor afirma que a definição geopolítica de Pan-Amazônia e dos espaços geográficos que a comporiam foram estabelecidos de forma coletiva pelos países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica, mas com cada país seguindo seus critérios próprios.

Diante dessas incoincidências entre a Amazônia Florestal e a Amazônia Hidrográfica, os países amazônicos optaram por uma definição geopolítica para indicar as áreas que são objeto do Tratado de Cooperação Amazônica:

- a) O Brasil: inclui toda a Amazônia Legal, inicialmente definida pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e subsequentemente;
 - Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, o Estado de Mato Grosso passou a fazer parte integralmente da Amazônia Legal, antes indicada pelo paralelo 16º, por meio da Lei Complementar nº 31, de 11.10.77;
 - Com a criação do Estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, no art. 13 de suas Disposições Transitórias, o parágrafo 1º desse artigo definiu que o novo Estado deveria integrar a Região Norte;
 - Assim, apenas o Maranhão continuou como um Estado parcialmente amazônico, até o meridiano 44º consoante dispõe a lei nº 1806/54, já citada.
- b) A Bolívia: inclui toda a bacia hidrográfica que tem maior dimensão que a Amazônia Florestal;
- c) A Colômbia: tem uma Amazônia Legal bem menor que a Amazônia Florestal, porém maior que a Amazônia Hidrográfica;
- d) A Venezuela: inclui apenas a Amazônia Hidrográfica, pois a parte florestal foi incluída na bacia do Orinoco;
- e) O Peru: que inclui toda a Amazônia Florestal e a Amazônia Hidrográfica;
- f) O Equador: inclui tanto a Amazônia Florestal quanto a Hidrográfica;

- g) A República da Guiana: que inclui a Amazônia Florestal, pois não integra a Amazônia Hidrográfica;
- h) A República do Suriname: que inclui toda a Amazônia Florestal, pois também não participa da Amazônia Hidrográfica. (RIBEIRO, 2006, p. 170).

Note-se que a abordagem adotada por Nelson de Figueiredo Ribeiro não inclui a Guiana Francesa por motivos também geopolíticos:

A bacia do Amazonas, formada pelo fantástico aranhol de seus rios, e as florestas de Trópico Úmido, em toda a sua extensão, definiram a amplitude do território abrangido pelo Tratado, com exceção da Guiana Francesa que, certamente, por não gozar de soberania sobre o seu território, não foi incluída no Pacto Amazônico, cujo preâmbulo foi expresso para ressaltar que as partes contratantes estão cientes de que tanto o desenvolvimento econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado. (RIBEIRO, 2006, p. 209)

Observa-se que o território abrangido pelo termo Pan-Amazônia apresenta substanciais diferenças entre as abordagens de cunho geopolítico, representadas por Meira Mattos (1980) e Ribeiro (2006), e aquela apresentada por Batista (2007) e utilizada na documentação relativa ao Sínodo da Amazônia, representada por Hummes (2018), de cunho mais abrangente e incorporadora do aspecto cultural em seus critérios.

Ainda, observa-se que os conteúdos produzidos nos níveis políticos e culturais são diretamente influenciados pelo imaginário coletivo e também pelos valores inerentes a cada sociedade, com os quais se relacionam de forma dialética. Rennó (1998), ao discutir a teoria da cultura política, reafirma a interrelação entre os valores, vivências e concepções coletivas a nível cultural, e a própria estrutura política existente em cada país.

Dessa forma, sendo o conceito de Pan-Amazônia fortemente relacionado com aspectos políticos e culturais, conclui-se que este será também influenciado pelo imaginário coletivo, que por sua vez, reside no campo das ideias.

Considerações finais

O conceito de Pan-Amazônia apresenta uma conotação que abarca interpretações a nível cultural e político, afastando-se de perspectivas estritamente geográficas ou físicas.

Um exemplo claro da conotação preponderantemente ancorada nos aspectos culturais e de cobertura vegetal está nos documentos da Igreja Católica emitidos por

ocasião do Sínodo Especial para a Amazônia. Nesse caso percebe-se semelhanças fortes com as concepções inerentes ao termo Hileia Amazônica.

Já exemplos claros de conotação preponderantemente política podem ser encontrados nos escritos de Meira Mattos e Samuel Benchimol. Nesse caso, o conceito de Pan-Amazônia seria próximo a um somatório das acepções das diversas Amazônia percebidas de forma fragmentada por cada país que compõem a região maior dita amazônica.

Somando-se as duas abordagens identificadas, é possível identificar que o termo Pan-Amazônia é empregado em contextos que envolvem assuntos transcendentais aos limites dos Estados Nacionais, considerados como unidades políticas autônomas, mas que comungam de realidades geográficas semelhantes no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, ou na contiguidade da floresta equatorial amazônica, ou ainda nos aspectos culturais especialmente relacionados a tentativas de estabelecer identidades comuns das populações tradicionais.

Dessa forma, o conceito geopolítico de Pan-Amazônia configurou-se como o mais abrangente ao abarcar todos os critérios gerais de definição das tentativas anteriores de delimitação do território, e ainda absorver em seu bojo todo o imaginário coletivo sobre a região.

Confrontando-se as citações feitas utilizando o termo Pan-Amazônia com os conceitos de pan-região e pan-ideia, é possível fazer algumas correlações. A concepção originalmente proposta para o conceito geopolítico de pan-região previa uma unidade economicamente independente, capaz de abarcar em si os principais aspectos do chamado ciclo econômico. Tal acepção não foi encontrada na literatura relacionada a nenhum dos termos aventados no presente trabalho (Amazônia, Hileia Amazônica, Amazônia, Pan-Amazônia, Grande Amazônia e Amazônia Internacional). Especificamente quanto à Pan-Amazônia, embora tenha forte componente político, não foram identificadas concepções voltadas para a independência ou autossuficiência econômica da região. Ao contrário, esta é reconhecida como zona periférica do sistema capitalista, sendo fonte histórica de insumos para os processos e fluxos econômicos globalizados. Portanto, não se enquadraria na definição de pan-região.

Já no que tange ao conceito de pan-ideia, as similaridades são claras. As visões, percepções coletivas e argumentos que compõem a base das tentativas de definir a região amazônica são pautadas no estabelecimento de similaridades e correlações segundo diversos critérios.

Desde as terminologias estritamente pautadas em critérios geográficos físicos, como a Hiléia Amazônica (focada nos aspectos da cobertura vegetal do tipo florestal), até terminologias pautadas em critérios estritamente políticos, como as Amazônias (que reconhece a fragmentação do território em fronteiras geradas pelos países constituintes da região), percebe-se a tentativa de delimitar a compreensão do que seja a dita Amazônia segundo visões e objetivos parciais.

Nesse contexto, o termo Pan-Amazônia surge como uma proposta de agrupar num conceito maior o somatório de todas as tentativas parciais, com forte influência dos aspectos culturais e políticos, mas também fruto do imaginário coletivo gerado ao longo dos séculos e registrado na produção literária em língua portuguesa.

Essa capacidade de abarcar outros conceitos menores e percepções coletivas sobre uma parte do mundo permitindo melhorar a compreensão geral daquela realidade, caracteriza o conceito geopolítico de Pan-Amazônia como uma pan-ideia, dentro da formulação proposta pela Escola Clássica Alemã.

Referências

- ALVARENGA, Octávio Junqueira Mello. **Viabilidade das Disposições Legais**: pactos e desconfianças internacionais. In, Amazônia e Soberania Nacional, Seminário – 20/21 de outubro de 1997. Instituto dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1997.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- BECKER, Bertha K.. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados (on line), São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, Apr. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2020.
- BENCHIMOL, Samuel. **Zênite ecológico e Nadir econômico-social** – Análises e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2001.
- BRANCO, Samuel Murgel. **O desafio amazônico**. São Paulo: Editora Moderna, 1989. (Coleção Polêmica).
- BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**. Uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 197 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/publico/Dissertacao_Magali_Saber_USP.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.
- CNBB. Conferência Nacional do Bispos do Brasil. **Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral**. Documento preparatório. 2ª Edição – 2018. Edições CNBB. Comissão Episcopal para a Amazônia. Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM BRASIL. Disponível em: <<http://repam.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Documento-Preparat%C3%B3rio-2ed.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos**: da marginalização à preocupação com sua autonomia. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a03v21n53.pdf>>. Consulta em 21 nov. 2020.
- CRULS, Gastão. **Hiléia Amazônica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003. (Série Reconquista do Brasil).

- CUNHA, Euclides da. **Amazônia** – Um paraíso perdido. Manaus: Editora Valer, 2003.
- CURADO, Pedro Rocha Fleury. **A influência dos estudos geopolíticos alemães para a construção de uma estratégia militar japonesa (1920-1940)**. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466385551_ARQUIVO_Ainfluenciadosestu dosgeopoliticosalemaesparaaconstrucaodeumaestrategiamilitarjaponesa.pdf
Acesso em 21 nov. 2020.
- FILHO, Cosme Ferreira. **Amazônia** em novas dimensões. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- FREGAPANI, Gelio. **Amazônia: A grande cobiça internacional**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019.
- HUMMES, Cláudio. **O Sínodo para a Amazônia**. São Paulo: Editora Paulus, 2019.
- LOSANO, Mario G. **Karl Haushofer (1869-1946): o pai da geopolítica das ditaduras europeias**. Verba Juris, v. 7, n. 8, 2008. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/d1e/c6a1ad85f51bbed6b3d063950dd41a15.pdf>. Acesso em 21 nov. 2020.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. **Uma Geopolítica Pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- NUNES, Paulo Henrique Faria. **A Institucionalização da Pan-Amazônia**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- OLIC, Nelson Basic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Editora Moderna, 1992. (Coleção Polêmica).
- RENNÓ, Lúcio. **Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998, pp. 71-92
Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>. Acesso em 20 jan. 2021.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Belém: EDUFPA, 2006.
- SILVA, Marcelle I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil**, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Campinas, UNICAMP, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/txt_Marcelle_Silva.pdf. Acesso em 13 maio 2018.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- TOSTA, Octávio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

*Recebido em maio de 2023.
Publicado em julho de 2023.*